

Escritura Particular de Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples em Série Única no valor total de R\$ 150.000.000,00 da Sanfeta Alimentos S.A.

Pelo presente instrumento, como Emissora, Sanfeta Alimentos S.A., companhia aberta, com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Av. Orosiana 818, CEP 06329-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 33.008.960/0001-71, neste ato representada na forma de seu estatuto social, e como Agente Fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão e nela interveniente, representando a comunidade de debênturistas adquirentes das debêntures, objeto da presente emissão ("Debênturas"), Sociedade Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Rua do Tesouro, 47, 3 andar, CEP 01013-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 62.040.673/0001-80, neste ato representada na forma de seu contrato social, vêm por esta e na melhor forma de direito celebrar a presente Escritura Particular de Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples em Série Única no valor total de R\$ 150.000.000,00 (cento e sessenta milhões de reais) da Sanfeta Alimentos S.A. ("Escritura de Emissão"), mediante as seguintes cláusulas e condições:

I - Da Autorização

- 1.1 A presente Escritura de Emissão é celebrada com base na autorização deliberada na Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 28 de novembro de 1999;
- 1.2 A Assembleia Geral Extraordinária delegou ainda ao Conselho de Administração os poderes do parágrafo 1º do artigo 98 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976;

II - Dos Requisitos

- 2.1 A emissão de Debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos:
- Registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A emissão será registrada na CVM, na forma da Lei n. 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei n. 6.404/76"), e demais disposições legais e regulamentares pertinentes;
  - Arquivamento e Publicação da Ata da Assembleia Geral Extraordinária. A Ata da Assembleia Geral Extraordinária que deliberou sobre a emissão de Debêntures será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Diário do Comércio;
  - Registro da Escritura de Emissão. A presente Escritura de Emissão será registrada na competente Cartora de Registro de Imóveis da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo;



- IV. Registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimentos ("ANBI"). A emissão deverá ser registrada na ANBI em atendimento ao Código de Auto-Regulação promulgado pela ANBI na Assembleia Geral realizada em 27 de agosto de 1999.

#### III - Da Destinação dos Recursos

- 3.1 Os recursos obtidos com a venda das Debênturas serão utilizados para mudança do perfil de endividamento.

#### IV - Da Emissão

- 4.1 **Colocação e Procedimento.** O lançamento será público, com a consequente intermediação de instituições financeiras, para negociação no mercado de balcão não organizado, adotando-se o procedimento diferenciado de distribuição referido no artigo 33 da Instrução CVM n.º 13, de 30 de setembro de 1999, incluindo reservas antecipadas, íntes mínimos ou máximos, sendo atendidos, preferencialmente, os clientes das instituições financeiras coordenadoras da distribuição das Debênturas ("Coordenadoras"), que desejarem efetuar investimentos nas Debênturas.
- 4.2 **Quantidade de Títulos.** Serão emitidas 18.000 (dezoito mil) Debênturas, em uma única série.
- 4.3 **Valor Nominal.** O valor nominal da Debênture será de R\$18.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal").
- 4.4 **Valor da Emissão.** O valor total das Debêntures será de R\$180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais), na Data de Emissão.
- 4.5 **Séries.** A emissão terá uma única série.
- 4.6 **Negociação.** A emissão será registrada para negociação no mercado secundário através do Sistema Nacional de Debênturas ("SND"), administrado pela Associação Nacional das Instruções de Mercado Aberto ("ANIMA"), e operacionalizado pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos ("CETIP").

#### V - Do Título

- 5.1 **Tipo e Forma.** As Debêntures serão escriturais, nominativas, simples, não convertíveis em ações.
- 5.2 **Êxpediente.** As Debêntures terão garantia flutuante.
- 5.3 **Data de Emissão.** A data de emissão será o dia 1º de dezembro de 1999.





§ 5.4 - **Prazo e Data de Vencimento:** O prazo das Debênturas será de 36 (trinta e seis) meses, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de dezembro de 2002.

§ 5.5 - **Remuneração:** As debêntures renderão juros equivalentes a 125% da taxa média dos Depósitos Interfinanceiros de um dia, denominada Taxa DI, "over end-of-group", expressa na forma percentual ao ano, base 360 dias, calculada e divulgada pela GETIP - Central de Custódia e de Liquidação de Títulos, doravante denominada "Taxa DI". As taxas serão calculadas de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dois (dois) decimais, incidentes sobre o valor nominal das debêntures desde a data de emissão, ou data de vencimento dos juros imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento.

§ 5.5.1 - **Periodicidade de pagamento:** Os juros serão pagos semestralmente, a contar da data de emissão, vencendo-se no 1º dia dos meses de junho e dezembro de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento em 01 de junho de 2000, sem prejuízo do disposto no item 5.8.10.

§ 5.5.1.1 Se esta(s) data(s) coincidir(em) com dia em que não haja expediente comercial ou bancário, a(s) data(s) de vencimento dos juros (fiscaliz(ão) prorrogada(s)) automaticamente para o primeiro dia útil subsequente, sem qualquer acréscimo moratório aos valores a serem pagos.

§ 5.5.2 - **Período de Vigência da Remuneração:** As condições de remuneração definidas acima terão período de vigência da data de emissão até 01 de dezembro de 2000, data da primeira repactuação.

§ 5.5.3 - **Fórmula de cálculo da remuneração:**

$$JR = VN \times \left[ (1 + \frac{q}{100})^n - 1 \right]$$

onde:

JR = valor dos juros a ser pago na data do seu vencimento;

VN = valor nominal da debênture no início do "período de capitalização";

$(1 + \frac{q}{100})^n$  = fator de variação acumulado da Taxa DI, entre a data de início (inclusive) e data final (exclusive) do "período de capitalização" dos juros calculado conforme fórmula acima;

Os termos  $n$ ,  $T_0$ ,  $q$  serão ditados de acordo com a seguinte fórmula:













$$C = \left[ \left\{ \left( 1 + \frac{\text{Taxa DI}}{180} \right)^{\frac{360}{n}} - 1 \right\} \times S \right] + 1$$

onde,

$\delta$  = Valor da Taxa DI referente ao dia "i";

Taxa DI<sub>i</sub> = Taxa DI, em percentual ao ano, base 360 dias, cobrada e divulgada pela CETIP, referente ao dia "i";

S = 100 %;

5.3.4 - Período de capitalização dos juros: Define-se "período de capitalização" dos juros como sendo o intervalo de tempo durante o qual os juros serão acumulados de forma exponencial. O valor dos juros será agregado ao valor nominal para efeito de apuração do saldo devedor das debêntures. O pagamento dos juros será exposto somente no final do "período de capitalização", sem prejuízo dos demais vencimentos previstos nesta Escritura.

5.3.5 - Apuração da Taxa DI - No caso de extinção ou impossibilidade legal de aplicação às debêntures da Taxa DI, conforme definida nesta Escritura, será utilizado em sua substituição o parâmetro legal que vier a ser determinado, se houver. Na sua ausência, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debênturistas para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, e no prazo máximo de 30 dias, do novo parâmetro de remuneração das debêntures a ser processado pela Emissora.

5.3.5.1 Na ausência de critério legal, a mesma Assembleia deliberará sobre a remuneração que as debêntures farão jus no período compreendido entre a data da última remuneração publicada e a data da próxima Assembleia.

5.6 - Repetição. O Conselho de Administração da Emissora deverá deliberar e comunicar aos debênturistas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias (a partir da data de encerramento de cada "período de vigência de Remuneração" das Debênturas as condições da Remuneração aplicáveis ao "período de vigência da Remuneração" subsequente:

- I. o prazo do "período de vigência de remuneração" subsequente;
- II. o tipo e o(a) percentual(is) da Remuneração a vigorar durante o "período de vigência de Remuneração" subsequente; e
- III. a periodicidade de pagamento da Remuneração

5.6.1 As condições fixadas pelo Conselho de Administração da Emissora de acordo com o disposto na Cláusula 5.6 acima serão comunicadas aos debenturistas na forma da Cláusula 5.18 abaixo, concedendo-se o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data de publicação, para que os debenturistas que não aceitarem as condições fixadas manifestem sua não aceitação, por meio do CETIP.

5.6.2 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 5.6 acima, a Emissora obriga-se a adquirir as Debêntures dos debenturistas que não aceitarem as condições fixadas pelo Conselho de Administração e que se manifestarem de acordo com o disposto na Cláusula 5.6.1 acima, pelo Valor Nominal, acrescido da Remuneração devida até a data da efetiva aquisição, que deverá ocorrer no encerramento de cada "período de vigência de Remuneração".

5.7 **Resgate Antecipado.** A Emissora se obriga a resgatar antecipadamente, em conformidade com o disposto na Cláusula 5.8, item 5.8.1 supra, todas as obrigações objeto desta emissão, independentemente de qualquer aviso ou notificação, na ocorrência dos seguintes eventos:

- I. a alteração do controle acionário da Emissora; e
- II. a alteração de ativos da Emissora em montante líquido, igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), corrigido monetariamente anualmente ou pelo menor período permitido por lei, pela variação do IGP-M (Índice Geral de Preços - Mensal) da Fundação Getúlio Vargas, tomando-se por base o mês de novembro/1999. No caso de extinção deste índice e/ou a sua não divulgação, deverá ser utilizado o IGP-CI (Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna) daquela mesma Fundação. E, na extinção e/ou falta de divulgação deste último índice, será utilizado outro que reflita a real desvalorização da moeda.

5.7.1 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 5.8 acima, a Emissora obriga-se a adquirir as Debêntures dos debenturistas que não aceitarem as condições fixadas pelo Conselho de Administração e que se manifestarem de acordo com o disposto na Cláusula 5.6.1 acima, pelo Valor Nominal, acrescido da Remuneração devida até a data da efetiva aquisição, que deverá ocorrer no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis contados da data de manifestação dos debenturistas.

5.8 **Prazo e Forma de Subscrição e Integralização e Preço de Subscrição.** As Debêntures serão subscritas em até 180 (cento e oitenta) dias contados da data do registro na CVM. A subscrição será efetuada por meio dos procedimentos do Sistema de Distribuição de Títulos - SDT, disponibilizado pela CETIP. A integralização será à vista e em moeda corrente nacional, no ato da subscrição ("Data de Integralização"). As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal acrescido da Remuneração a que se refere a Cláusula 5.8, acima, calculada pro-rata temporis desde a Data de Emissão até a Data de Integralização.

- 5.9 **Resgate Antecipado.** A qualquer momento, respeitando-se o prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da data de emissão, a emissora resgata-se o direito de proferir o resgate antecipado das Debêntures em circulação, mediante o pagamento do Valor Nominal, acrescido da Remuneração devida até a data do resgate, calculada pro-rata temporis, e partir da data do último pagamento da Remuneração, devendo a Emissora publicar aviso aos debenturistas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data de resgate. O resgate poderá ser total ou parcial, sendo, neste último caso, mediante sorteio nos termos do parágrafo primeiro do Artigo 55 da Lei nº. 6.404/76 e demais normas aplicáveis.
- 5.10 **Aquisição Facultativa.** A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação observando o disposto no artigo 55 da Lei nº 6.404/76. As Debêntures adquiridas pela Emissora, incluindo aquelas que vierem a ser adquiridas nos termos das Cláusulas 5.6.2 e 5.7.1 acima, poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, terão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em circulação.
- 5.11 **Multa de Mora e Juros Moratórios.** Ocorrendo inopuntualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas, os débitos em atraso serão acrescidos de Remuneração, bem como de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês calculados desde a data de inadimplimento até a data do efetivo pagamento, e de multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou intimação judicial ou extrajudicial.
- 5.12 **Decadência dos Direitos aos Acrescimentos.** O não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, entretanto, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.
- 5.13 **Local de Pagamentos.** Os pagamentos referentes ao principal e à Remuneração a que fazem jus as Debêntures, serão efetuados pela Emissora, por intermédio do SMD, administrado pela ANBIMA, e operacionalizado pela CETIP e no Banco Bradesco S/A, para os debenturistas que não estiverem vinculados ao SMD.
- 5.14 **Prorrogação dos Prazos.** Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o primeiro dia útil subsequente, sem acarretar qualquer acréscimo, se o vencimento cairar em dia em que não haja expediente comercial ou bancário.
- 5.15 **Publicidade.** Todos os atos e decisões decorrentes desta emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos debenturistas, deverão ser veiculados, na forma de aviso, no jornal Diário de Comércio.

5.18) **Vencimento Antecipado.** O Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta emissão e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal das Debêntures, acrescido da Remuneração (e, se for o caso, dos juros de mora e da multa moratória, calculados de acordo com o disposto na Cláusula 5.11 acima), calculados exponencialmente por dias decorridos, devendo para tanto comunicar a Emissora no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da ocorrência de qualquer dos seguintes eventos:


- I. protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Emissora cujo valor agregado seja igual ou superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), ou a constituição da Emissora em mora por atraso no pagamento de obrigações de mesmo valor, salvo se o protesto ou constituição em mora tiver sido efetivado por meio da cadeia de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, ou se for cancelado, ou ainda, se o valor dos títulos protestados, ou da obrigação que esteja em atraso, for objeto de depósito em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas de sua ocorrência;
- II. rejeição ou decretação de falência da Emissora;
- III. pedido de concordata preventiva formulado pela Emissora;
- IV. falta de cumprimento pela Emissora de toda e qualquer obrigação relevante prevista nesta Escritura de Emissão, não sanada em 15 (quinze) dias, contados de aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário;
- V. vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora, em montante igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), em razão do inadimplemento contratual; e
- VI. demais casos previstos nesta Escritura de Emissão ou em lei.

5.19) Na ocorrência do vencimento antecipado, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal das Debêntures, acrescido da Remuneração calculados pro-rata temporis até a data do efetivo pagamento, em até 30 (trinta) dias contados da comunicação neste sentido, a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora através de carta protocolada no endereço constante da Cláusula 11.1 acima, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, pelo pagamento dos encargos previstos na Cláusula 5.11 acima.

#### VI.- Das Obrigações Adicionais da Emissora

6.1 A Emissora está adicionalmente obrigada a:

- I. fornecer ao Agente Fiduciário

- (a) dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, cópia dos demonstrativos financeiros relativos a esse exercício social e declaração de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;
  - (b) dentro de 60 (sessenta) dias após o término do primeiro semestre de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras relativas a esse período e declaração de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;
  - (c) as informações previstas na Instrução CVM n.º 202, de 6 de dezembro de 1963, com a mesma periodicidade do envio dessas informações à CVM;
  - (d) imediatamente, qualquer informação que razoavelmente lhe venha a ser solicitada; e
  - (e) todas as demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário;
- II. não pagar dividendos, exceto os obrigatórios por lei, se estiver por mais de 15 (quinze) dias em mora, relativamente ao pagamento de quaisquer obrigações referentes às Debêntures;
- III. submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM;
- IV. manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM e fornecer aos seus acionistas e debenturistas, semestralmente, as Demonstrações Financeiras previstas no artigo 176 da Lei n.º 6.404/76;
- V. estruturar e manter em adequado funcionamento um órgão de atendimento aos debenturistas, tendo em vista assegurar o eficiente tratamento aos titulares das Debêntures, ou contratar instituições financeiras autorizadas para que prestem esse serviço;
- VI. efetuar, desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos nos termos da Cláusula 7.2.2 abaixo;
- VII. comunicar, no prazo de até 5 (cinco) dias, ao Agente Fiduciário qualquer descumprimento, de natureza pecuniária ou não, pela Emissora, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, e
- 



VIII. não praticar operações fora de seu objeto social.

## VII - Do Agente Fiduciário

7.1 A Emissora nomeia e constitui agente fiduciário da emissão objeto da presente Escritura de Emissão, APOORTE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que atua na qualidade de Agente Fiduciário e Interventor, que, neste ato, e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar a conjunto dos debenturistas perante a Emissora declarando:

- I. sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme o parágrafo 3º do artigo 66 da Lei n.º 8.469/96, para exercer a função que lhe é conferida;
- II. aceitar a função que lhe foi conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- III. aceitar integralmente a presente Escritura de Emissão, todas as suas cláusulas e condições; e
- IV. não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 15 da Instrução Civil n.º 26, de 23 de novembro de 1960.

7.1.1 O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão ou eventual aditamento, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou o vencimento das Desembolsas.

7.2 Será devido ao Agente Fiduciário o título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, uma remuneração paga da seguinte forma:

- a) 4 (quatro) parcelas de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) cada uma, vencendo-se a primeira no ato de assinatura desta escritura e as demais no dia 1º de dezembro dos anos de 2.000, 2.001 e 2.002;
- b) as parcelas do item "a" anterior, serão corrigidas monetariamente em 01/12/2000, 01/12/2001 e 01/12/2002, pela variação do IGP-M (Índice Geral de Preços - Mercado) da Fundação Getúlio Vargas, tomando-se por base o mês de novembro/1999. No caso de extinção deste índice ou a sua não divulgação, deverá ser utilizada o IGP-DI (Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna) daquela mesma Fundação. E, na extinção ou falta de divulgação deste último índice, será utilizado outro que reflita a real desvalorização da moeda; e

- 4) As remunerações serão acrescidas do imposto sobre serviços de qualquer natureza – ISS, da contribuição ao fundo de participação do programa de integração social – FIS e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração ao Agente Fiduciário, excluindo-se o imposto de renda – IR, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

7.2.1 O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente que vier a ser indicada pelo Agente Fiduciário.

7.2.2 A Emissora compromete-se a efetuar, desde que previamente aprovado, o pagamento de todas as despesas espontâneas e comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos, sendo que o crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha incrido para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas que não tenha sido satisfeito na forma deste inciso, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a todas na ordem de pagamento. As despesas a que se refere esta Cláusula compreenderão, inclusive, as seguintes despesas relacionadas com:

- I. publicação de relatórios, avisos e notificações conforme previsto nesta Escritura da Emissão, e outras exigidas, as que vierem a ser exigidas, por lei e regulamentos aplicáveis;
- II. extração de certidões;
- III. despesas com viagens, incluindo custos com transporte, hospedagem e alimentação, quando necessárias ao desempenho das funções;
- IV. procedimentos judiciais ou administrativos promovidos pelo Agente Fiduciário para resguardar os interesses dos debenturistas; e
- V. eventuais levantamentos adicionais e especiais de perfis que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos dados essenciais dos debenturistas.

7.3 Nas hipóteses de ausência, impedimento temporário, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, assembleia dos debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 30 (trinta) dias antes do término fixal do prazo acima citado, caberá então à Emissora efetuar a escolha, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha. A substituição do Agente Fiduciário observará as seguintes condições:

- I. nos casos de vacância, mediante nomeação pela Emissora e aprovação dos debenturistas, e aditamento à presente Escritura de Emissão;
- II. é facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em assembleia dos debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- III. a substituição do Agente Fiduciário fica condicionada à comunicação prévia à CVM;
- IV. em caso de renúncia do Agente Fiduciário, este deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja escolhida pela Emissora e aprovada pelos debenturistas e assuma efetivamente as funções do Agente Fiduciário;
- V. a substituição não implicará em remuneração proporcional superior à sua vencida. O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após a nomeação, comunicá-la aos debenturistas, na forma do inciso XVI da Cláusula 7.4 abaixo; e
- VI. sendo efetuados os pagamentos observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços.

#### 7.4 São deveres do Agente Fiduciário:

- I. responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- II. custear, observado o disposto na cláusula 7.2, letra "c" desta escritura, (a) todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, incluindo todos os tributos, taxas e contribuições, municipais, estaduais e federais, presentes ou futuros, devidos em decorrência da execução dos serviços e (b) todos os encargos civis, trabalhistas e/ou previdenciários;
- III. proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função, o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo emprega na administração dos próprios bens;
- IV. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- V. conservar em boa guarda toda a documentação, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- VI. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão diligenciando no sentido de que

*[assinatura]*

*[assinaturas]*

sejam tomadas as emissões, falsas ou defeitos de que tenha conhecimento;

- VII. promover nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura nesses existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- VIII. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- IX. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- X. solicitar, quando julgar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores civis, das varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Juizamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- XI. solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- XII. convocar, quando necessário, a assembleia de debenturistas, através de anúncio publicado, pelo menos por três vezes, nos órgãos de imprensa onde a Emissora deve efetuar suas publicações;
- XIII. comparecer à assembleia dos debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- XIV. elaborar relatório anual destinado aos debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 98 da Lei 8.404/78, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
  - (a) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, ocorrida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
  - (b) alterações estatutárias ocorridas no período;
  - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
  - (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;

notificação discriminando as providências judiciais e extrajudiciais que o Agente Fiduciário tenha tomado para assecurar e proteger os interesses da comunidade dos debenturistas. Comunicação de igual teor deve ser enviada:

- (a) à CVM;
- (b) às Bolsas de Valores, quando for o caso; e
- (c) à Emissora.

7.5 No caso de inadimplemento da Emissora, deverá o Agente Fiduciário usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos debenturistas, devendo para tanto:

- I. declarar, observadas as condições desta Escritura de Fianção, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- II. requerer a falência da Emissora;
- III. tomar qualquer providência necessária para que os debenturistas realizem seus créditos; e
- IV. representar os debenturistas em processo de falência ou concordata da Emissora, salvo deliberação em contrário da assembleia de debenturistas.

7.5.1 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos incisos I a III da Cláusula 7.5 acima se, convocada a assembleia de debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação. Na hipótese do inciso IV da Cláusula 7.5 acima, será suficiente a deliberação da maioria das Debêntures em circulação.

## **VIII- Da Assembleia dos Debenturistas**

8.1 Os titulares das Debêntures desta emissão poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Especial a fim de deliberarem sobre a matéria de interesse da comunidade dos debenturistas.

8.2 A Assembleia dos Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário pela Emissora, por debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação e pela CVM.

8.3 Aplica-se à Assembleia de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404/76, sobre a Assembleia Geral de Acionistas.

- 8.4 A Assembleia se instalará, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem metade, no mínimo, das Debêntures em circulação, e, em segunda convocação, com qualquer número;
- 8.5 Reservadas as disposições expressas previstas nesta Escritura de Emissão ou em lei, a salvo no que se refere a modificações nas condições das Debêntures, que dependendo da aprovação de debenturistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em circulação, as demais deliberações a serem tomadas em assembleia geral de debenturistas dependerão da aprovação da maioria absoluta de votos dos debenturistas presentes na assembleia, excluindo-se, em qualquer caso, para efeito de quorum, os votos em branco e as Debêntures pertencentes à Emissora, qualquer de suas subsidiárias, coligadas ou controladoras ou qualquer de seus diretores, conselheiros ou acionistas;
- 8.6 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias dos Debenturistas;
- 8.7 O Agente Fiduciário deverá comparecer à assembleia e prestar aos debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

## IX. Das Declarações da Emissora

- 9.1 A Emissora neste ato declara que:
- é uma sociedade comercial devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade anônima de capital aberto de acordo com as leis brasileiras;
  - as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura de Emissão têm poderes bastante para tanto;
  - todas as autorizações societárias necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão foram obtidas e encontram-se válidas, eficazes e em pleno vigor;
  - os termos desta Escritura de Emissão não contrariam (a) qualquer estatuto ou documento no qual a Emissora (ou suas controladoras, suas controladas ou suas coligadas, diretas ou indiretas) seja parte ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados; (b) qualquer lei, decreto, regulamento a que a Emissora (ou suas controladoras, suas controladas ou suas coligadas, diretas ou indiretas) ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos, ou (c) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial que afete a Emissora (ou suas

15

controladoras, suas controladas ou suas coligadas, diretas ou indiretas) ou quaisquer de seus bens e propriedades; e

- V. esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação inextingível, válida e eficaz da Emissora;

§ 1.1 A Emissora obriga-se de forma inextingível e irrevogável a indenizar os Detenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custos judiciais e honorários advocatícios) incorridos pelos Detenturistas e pelo Agente Fiduciário em razão da inveracidade ou inobservância de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos desta Cláusula.

§ 1.2 Sem prejuízo do disposto na Cláusula § 1.1 acima, a Emissora compromete-se a notificar imediatamente aos Detenturistas e ao Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se inverídicas, incompletas ou incorretas.

## X - Das Despesas

10.1 Correrá por conta da Emissora todos os custos com o registro e publicação dos atos necessários à colocação das Debêntures da presente emissão, tais como a Escritura de Emissão e as atas da Assembleia Geral Extraordinária e da Reunião do Conselho de Administração.

## XI - Das Notificações

11.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

### I. Para a Emissora:

Santista Alimentos S.A.  
Av. Dracena 815  
CEP 05328-006, São Paulo, SP  
At: Diretor de Relações com Investidores  
Telefone: (0xx11) 858-6037  
Fax-simile: (0xx11) 858-4142

### II. Para o Agente Fiduciário:

Aporte Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.  
Rua Teffouri, 47, 3 andar, Centro  
CEP 01511-620, São Paulo, SP  
At: Diretoria  
Telefone: (0xx11) 3137-3401  
Fax-simile: (0xx11) 3135-4368

11.2 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "visto de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama nos endereços acima. Os originais dos documentos enviados por fac-símile deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) dias úteis após o envio da mensagem.

### 28 - Do Foro

12.1 Fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões contenciosas resultantes desta Escritura de Emissão.

Estando assim certas e ajustadas, firmam as partes a presente Escritura Particular de Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples em Série Única no valor total de R\$ 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais) da Santista Alimentos S.A., em 2 (dois) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 26 de Novembro de 1986

Santista Alimentos S.A.

[Assinatura]  
[Nome] José Antônio Cardoso de Lacerda  
[Cargo] Diretor Presidente

[Assinatura]  
[Nome] Irineu Paulo Bassani Andre Acher  
[Cargo] Diretor

Agente Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

[Assinatura]  
[Nome] Maria Helena de Fátima  
[Cargo] Gerente Geral

[Assinatura]  
[Nome] Maria Helena de Fátima  
[Cargo] Gerente Geral

Testemunhas

[Assinatura]  
[Nome] Rômulo de Azevedo  
[Cargo] Advogado

[Assinatura]  
[Nome] Rômulo de Azevedo  
[Cargo] Advogado